

## ENTREVISTA

**Henrique Barros** Presidente do Instituto de Saúde Pública da UP e da International Epidemiological Association

# “Vem aí o pico de morte de mulheres com cancro do pulmão”



Texto **VALDEMAR CRUZ**  
Fotos **RUI DUARTE SILVA**

Num país com a saúde pública no centro do debate político e das preocupações sociais, 80% dos médicos de saúde pública têm mais de 55 anos. Há problemas na renovação da força de trabalho, a que se junta a deficiente formação de profissionais para esta área. Henrique Barros, presidente do Instituto de Saúde Pública, da Universidade do Porto, critica os poucos recursos humanos afetos à saúde pública, que lamenta não ser olhada numa perspetiva de clínica das populações.

**Este ano aumentou o número de mortes em Portugal. Há alguma ilação a tirar?**

O aumento do número absoluto pode não significar nada. Temos de perceber o denominador. Se o ano passado morreram 500 em cem mil idosos, e este ano morreram 600, o risco de morrer aumentou 20%. Mas se a proporção passa de 600 para 120 mil, o risco é exatamente o mesmo. Há duas grandes causas de morte para as populações mais vulneráveis: o muito frio e o muito calor. É completamente ridículo quando nos dizem que eram pessoas de muita idade, com várias patologias associadas e, portanto, morreram. Se considerarmos sempre que ser velho, ser doente, ser pobre é uma condição inexorável que nos leva a morrer, não estamos aqui a fazer nada.

**Ser pobre é um fator de risco agravado?**

É o fator de risco fundamental para tudo. Para adoecer, para morrer. Há tempos publicámos um trabalho em que mostrávamos que, independentemente de outros fatores, como ser rico, fumar, andar de carro a 200 à hora, se tivermos duas pessoas igualmente gordas e sedentárias, se uma for rica, e a outra for pobre, o rico vai durar mais tempo que o pobre. Só o tabagismo tem mais impacto em termos de risco de morrer do que a pobreza.

**Qual é o papel do ISP?**

Não temos funções de decisão, mas de investigação e treino de pessoas. Há coisas que não sabemos ou de que não temos ainda conhecimento suficiente para prever ou intervir de uma forma preventiva. Mas há outras que sabemos.

**HENRIQUE BARROS**  
Gastroenterologista de formação, Henrique Barros preside ao Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, que hoje comemora o 12º aniversário. Docente na Faculdade de Medicina do Porto, preside à International Epidemiological Association e tem chefiado vários estudos na área da epidemiologia clínica, doenças cardiovasculares, infecciosas e cancro. Foi coordenador Nacional para a Infecção VIH/sida entre 2005 e 2011

Por exemplo, que as mulheres em Portugal fumam mais do que noutros países com desenvolvimento económico e social parecido. Isto é verdade e ao mesmo tempo revela uma hipocrisia e uma manifestação de incompetência social sem limites.

**Porquê?**

Porque todos nós sabemos há anos que agora seria a altura em que as mulheres iriam estar a fumar mais e continuamos a saber que daqui a 10 ou 15 anos vamos ter o pico de mortes por cancro do pulmão nas mulheres em Portugal. Nem que hoje conseguíssemos fazer todas as mulheres pararem de fumar, uma grande porção delas já iniciou todo o processo patológico que há de fazer que daqui a uns 10 anos apareçam os tumores. Não há razão para ficar espantado. Há é a razão para, sabendo isto, ficar espantado por não se fazer nada muito mais ativo e muito mais relevante do que uns *clips* mais ou menos polémicos de um ponto de vista de comunicação.

**Que estudos desenvolve o Instituto?**

**“A POBREZA É UM FATOR DE RISCO FUNDAMENTAL PARA TUDO. PARA ADOECER, PARA MORRER. SÓ O TABACO TEM MAIS IMPACTO”**

Temos trabalhado fundamental na epidemiologia perinatal. Ou seja, tentar perceber as circunstâncias que otimizam as potencialidades no momento em que se nasce. Sabemos que quanto mais protegido for o nascimento, mais protegido vai ser todo o percurso de vida. Não é determinismo no sentido genético, mas há influências muito importantes que às vezes são difíceis de ultrapassar. Hoje sabemos que as condições sociais, as relações entre as pessoas, a forma como se organiza o dia a dia, a violência interpessoal não tem só mazelas, como consequências de natureza dita psicológica. Também encontramos marcadores biológicos nessa adversidade. Dou um exemplo com um dos nossos trabalhos. Se pegarmos em meninos que seguimos ao longo de anos, em relação aos quais os pais têm uma postura disciplinarmente mais negociada, e depois comparamos com meninos cujos pais têm uma atitude disciplinar mais tensa, mais violenta, os primeiros têm muito menos sinais biológicos de inflamação do que os segundos. A saúde pública mostra isto há mais de 200 anos. O médico francês Louis Villarmé fez a lei do trabalho infantil. Na altura foi um escândalo. Os industriais do tempo — 1850 — diziam que era inaceitável que os miúdos com oito anos não fossem trabalhar. Esquecemo-nos que a nossa esperança de vida subiu muito, não por deixarmos de morrer quando somos velhos, mas por deixarmos de morrer quando somos novos. O grande ganho da sociedade portuguesa na esperança de vida é que em vez de morrermos 50 por mil no nascimento, como nos anos 60, passámos a morrer apenas três em cada mil.

**Os vossos trabalhos são usados pelos poderes públicos?**

São reconhecidos como relevantes. Os nossos pares citam-nos, mas desgraçadamente temos uma forma de decidir em Portugal que é pouco baseada no conhecimento e na ciência. É dramático como é pouco utilizada a ciência de qualidade que fazemos. Há um grande número de trabalhos europeus dos quais somos responsáveis, e é entristecedor vermos como as autoridades de saúde nos diferentes países utilizam essa informação, enquanto aqui nunca somos contactados.

vcruz@expresso.imprensa.pt

## O FUTURO DO FUTURO

## Urtigas, algas, insetos, alforrecas e carapau farão parte do menu

**O impacto da sobrepesca e da produção intensiva de carne ameaça o planeta. É preciso diversificar**

Com a escassez de peixe, devido à sobre-exploração dos mares e às alterações climáticas, a par com a devastação provocada pela produção intensiva de carne, novos desafios são colocados, a começar por saber como alimentar uma população global que chegará aos 10 mil milhões em meados do século XXI. A pensar em alternativas, multiplicam-se os projetos de investigação científica e tecnológica. Já se começam a produzir hambúrgueres de laboratório com moléculas de bovinos ou salsichas de insetos (há 1400 espécies comestíveis) e drageias nutritivas como as dos astronautas.

A diminuição do *stock* de sardinha levou o Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) a aconselhar, esta sexta-feira, que não haja captura em 2019. Já a pensar em alternativas, a Docapesca em articulação com o Ministério do Mar avançou com uma campanha a favor do consumo de carapau, cuja quota está longe de esgotada. Porém, Portugal deixou de ser autossuficiente em pescado há dois meses e a Europa tem de recorrer a importações de outros continentes para se abastecer de peixe e marisco até ao fim do ano, de acordo com um relatório divulgado pela World Wildlife Fund (WWF), na terça-feira.

António Marques, investigador do Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA), coordena um programa europeu que desenvolve processos e tecnologias para fortalecer o pescado produzido em aquacultura com nutrientes como o iodo ou o ómega 3, assim como criar sensores que permitam controlar as toxinas em bivalves. “Já estamos a fazer testes em douradas no Algarve, em salmões na Noruega e em carpas na Polónia”, esclarece, adiantando esperar que os novos produtos “cheguem ao mercado daqui a cinco anos”. Mas fazer com o peixe o que já se começou a fazer com a carne em laboratório “é mais complicado, porque o peixe se degrada mais”. Certo é, ressalva, que “tem de se aproveitar todo o peixe que se captura”.

A ideia é reforçada por Iva Pires, especialista em Ecologia Humana da Universidade Nova (FCSH-UN): “Temos que reduzir o desperdício alimentar em geral e não só aumentar a produção de alimentos.” Um dos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU é reduzir para metade os 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos deitados fora anualmente. “Bastava reduzir esse desperdício em 20% para se ter uma incorporação equivalente de alimentos”, sustenta a socióloga.

No mundo em mudança, os ocidentais já começaram a orientalizar a ementa. A introdução de algas já é uma realidade e há projetos para a sua introdução em conservas de sardinha, cavala ou carapau, indica António Marques. O IPMA também já testou alforrecas como alimento, mas “como mais de 90% destes animais são água e os consumidores revelam alguma relutância”, será mais difícil a sua introdução na nova dieta.

“Não podemos continuar a comer tanta proteína e temos de ter um consumo mais consciente”, defende Henrique Cabral, diretor do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE). Em termos globais, em 1950 cada pessoa comia perto de sete quilos de peixe por ano, atualmente come 20 quilos, e em Portugal sobe para 55 quilos. Segundo o biólogo, o próprio mercado vai acabar por “definir novos recursos economicamente viáveis, que incluirão pescado atualmente não comercial, assim como uma diversificação de alimentos que podem passar por alforrecas, algas ou pepinos do mar”. Em seu entender a aposta em aquacultura sustentável tem de ser um caminho, tendo em conta que importamos mais de metade das mais de 200 mil toneladas de peixe que consumimos (com o bacalhau e o salmão a pesarem mais na balança). O Governo pretende duplicar de 5% para 10% o pescado proveniente de aquacultura nacional até 2020 e triplicar a produção na década seguinte. E segundo a ministra Ana Paula Vitorino “até podemos no futuro produzir bacalhau em aquacultura, porque o que parece impossível agora, talvez não o seja daqui a uns anos”.

CARLA TOMÁS  
ctomas@expresso.imprensa.pt

